OS INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS E A AUTORIA NA REVISTA DO IHGB

LINGUISTIC TOOLS AND AUTHORSHIP IN REVISTA DO IHGB

Dantielli Assumpção Garcia¹

Resumo: Neste trabalho, da perspectiva teórica da *Análise de Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas*, discutiremos como se dá a autoria em alguns dos instrumentos linguísticos publicados nas *Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*. Analisaremos duas obras: *Vocabulário da Língua Geral* usado hoje em dia no alto do Amazonas (1852) e *Vocabulário dos Índios Cayuás* (1856). Mobilizaremos em nossa reflexão a noção de leitura de arquivo (Pêcheux, 1993) e a noção de autoria (Orlandi, 2000, 2007, 2010) com o intuito de mostrar que, na RIHGB, temos duas posições dos sujeitos membros da instituição: uma de autor e outra de coletador.

Palavras-chave: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, autor, coletador, instrumentos linguísticos.*

Abstract: In this paper, from the theoretical perspective of *Discourse Analysis in conjunction with the History of Linguistic Ideas*, we will discuss the ways in which authorship takes place in some of the linguistic tools issued in *Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*. For this purpose, we analyze two pieces of work: *Vocabulário da Língua Geral* usado hoje em dia no alto do Amazonas (1852) and *Vocabulário dos Índios Cayuás* (1856). In this reflection, we will mobilize notions such as *reading of archives* (Pêcheux, 1993) and also the notion of *authorship* (Orlandi, 2000, 2007, 2010) aiming to show that, in RIHGB, we have two positions of subjects members of the institution: one as author and the other as collector.

Keywords: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, author, collector, linguistic tools.*

¹ Professora do União das Faculdades dos Grandes Lagos, do Colégio Ressurreição Nossa Senhora do Calvário e do Colégio Santa Teresa D'Ávila.

Introdução

Fundado em 1838 na cidade do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) constitui-se com o objetivo de “coligir, metodizar, publicar ou arquivar documentos” relativos à história e à geografia do Brasil (Extracto dos Estatutos, RIHGB, n. 1, 1839). Esses documentos auxiliarão na constituição, pelos escritores da sociedade brasileira e internacional, de uma história e geografia do Brasil. Um lugar em que se pode observar a organização e divulgação desses textos sobre a história e a geografia relativos ao Brasil produzidos e/ou coletados pelos membros do IHGB é a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB). A RIHGB teve sua primeira publicação em 1839 e mantém sua produção até os dias de hoje. Nela, podemos encontrar a descrição das atividades da Instituição, os materiais arquivados e divulgados na revista.

Em meio a todo o arquivo da Instituição, encontramos a produção e a divulgação de textos (artigos, resenhas, vocabulários, dicionários entre outros) acerca do saber linguístico.

Assim, em nosso trabalho, da perspectiva teórica da Análise de Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas, objetivamos refletir sobre a constituição da autoria em textos publicados acerca do saber linguístico na Revista. Para tanto, analisaremos, a partir das noções de autoria (Orlandi, 2000, 2007, 2010) e de leitura de arquivo (Pêcheux, 1993), dois vocabulários publicados na RIHGB, a saber: *Vocabulário da Língua Geral usado hoje em dia no alto do Amazonas* (1852) e *Vocabulário dos Índios Cayuás* (1856). Esses dois vocabulários não apresentam uma indicação explícita de autoria. Dessa forma, focalizam-se mais no gesto do coletador e na doação dos textos ao IHGB para fazer parte do arquivo da Instituição do que no autor da publicação.

Este nosso trabalho divide-se em: (i) O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sua revista – em que refletiremos sobre a fundação do IHGB no Brasil do século XIX e o surgimento de sua revista –; (ii) Autor e coletador: diferentes formas de ler o arquivo – em que discutiremos como constitui-se a autoria na RIHGB –; (iii) Análises: dois vocabulários sem autores? – nesta parte, refletiremos sobre a análise dos instrumentos linguísticos, considerando a autoria

de obras publicadas na RIHGB. Além disso, nessa parte, analisaremos alguns verbetes para mostrar como o lexicógrafo configura um dizer com “começo, meio e fim” sobre as línguas do Brasil.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sua Revista

Para refletirmos sobre a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, baseamo-nos nos seguintes trabalhos: Faria (1965), Guimarães (1988), Schwarcz (1989, 1993), Guimarães e Holten (1997), Guimarães (1995). Esses trabalhos foram escolhidos em virtude de sua grande representatividade nos estudos sobre o IHGB e sua Revista.

Falar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é discorrer de algum modo sobre a organização, a sistematização e a divulgação de um saber sobre o Brasil. Essa instituição foi fundada em 1838 com a finalidade de “colligir e methodisar os documentos historicos e geographicos interessantes á história do Brazil” (RIHGB, tomo 1, 1839, p. 6). A meta do IHGB era documentar/arquivar materiais referentes ao Brasil. Nas revistas, podemos perceber que são estabelecidos direcionamentos para essa prática de documentação. Nesse gesto de documentação, a Revista do IHGB formula-se com o objetivo de construir e divulgar um arquivo que possa ser “aproveitado” pelos escritores da história e da geografia do Brasil.

Foram o militar Raimundo José da Cunha Mattos e o cônego Januário da Cunha Barbosa, membros também do Instituto Histórico de Paris, que desenvolveram um projeto de um instituto histórico. São esses dois membros que enviam em 1838 à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) o projeto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Guimarães e Holten (1997, p. 3) mostram que o IHGB surgiu em momentos de crise institucional, em situações de redefinição nacional. Salientam os autores (1997, p.3): “No Brasil, havia a necessidade de construir uma memória nacional, que minimizasse um legado colonial desagregador e fosse capaz de contribuir para a união das províncias do Império”.

Aponta Guimarães (1995) que a meta do IHGB era dotar o país, recém-independente, de “um passado adequado às pretensões da monarquia instaurada”. Havia a exclusão deliberada, nos textos

do IHGB, de insurreições, traumas e conflitos. Quando esses fatos históricos eram documentados, eles “eram atribuídos à mocidade do País, aos arroubos da juventude” (p. 602).

Como ressalta Schwarcz (1993, p. 135), o perfil “homogêneo” dos membros do IHGB “camufla” realidades diversas. Nos discursos dos membros do IHGB, nota-se a forte relação, já apontada por outros historiadores, com o poder Imperial e com os dizeres de uma elite classista – oriunda das elites rurais.

Sánchez (2003), analisando os títulos da RIHGB, mostra que os títulos expõem cada vez mais proximidade com o Imperador, assim como uma autonomia junto à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Nas palavras do autor (2003, p. 58):

O título da Revista do IHGB e suas alterações ao longo dos anos podem denunciar outras particularidades do Instituto Histórico. Se em 1839 o título faz menção à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (...) logo no ano seguinte a primazia é deslocada para outra esfera. Quando o imperador aceitou o título de protetor do Instituto, foi acrescentado ao final do título. Esta referência começa em 1840, ano da antecipação da maioria de D. Pedro II, permanece durante todo o longo Segundo Reinado e prossegue além dele: em 1890 o título ainda traz o nome de D. Pedro II (então no exílio) demonstrando em primeira página o comprimento da instituição com o poder imperial (SÁNCHEZ, 2003, p. 58).

Podemos notar como as relações no interior do IHGB vão sofrendo deslocamentos com o passar dos anos. Inicialmente, temos uma relação com uma indústria nacional em formação; depois, essa relação movimenta-se mais para um contexto político – relação com o Imperador. É interessante que essas relações mudam até mesmo em termos de movimento no espaço. No início, o IHGB era localizado na própria SAIN. Em seguida, passa ao Paço Imperial, ficando ao lado da Capela Imperial, fato esse que corrobora para a assiduidade de D. Pedro II nas reuniões da instituição. O IHGB divide o espaço com o poder político que se centraliza nas mãos de D. Pedro II e com o poder religioso.

Em relação aos membros do IHGB, podemos perceber, de acordo com Schwarcz (1993, p. 105), como os critérios para a seleção dos

membros são “bastante elásticos”. De um lado, o intelectual (com trabalhos relacionados à história, à geografia e à etnografia), de outro, o econômico (presente de valor, doações). A instituição, em sua constituição, cumpria diferentes papéis: “para alguns significava um local de projeção intelectual, para outros um espaço de promoção pessoal” (Schwarcz, 1993, p. 105).

Pensar quais foram os membros do IHGB que coletaram, arquivaram documentos sobre as línguas é uma questão de interesse deste trabalho. Por meio dessa análise, será permitido argumentar que a elaboração de um dizer relativo às línguas do Brasil era organizada, no decorrer do século XIX, ora por sujeitos ligados às ciências humanas (historiadores, geógrafos, literatos), ora por amantes dessas ciências (engenheiros, médicos, militares). Não tínhamos no século XIX ainda um sujeito especialista, mas sim um sujeito “polígrafo”, que falava, sabia e escrevia sobre tudo.

Um modo, como já ressaltamos, de produzir/divulgar uma historiografia elaborada pela(os) elite/membros do IHGB foi a Revista do IHGB. A Revista, no século XIX, tinha um público certo: os sócios do Instituto e as sociedades nacionais e internacionais com as quais o IHGB mantinha contato. A RIHGB, conforme Guimarães (1988, p. 21), constitui um “foro privilegiado” para notar o projeto historiográfico brasileiro:

Além de registrar as atividades da instituição através de seus relatórios, divulgar cerimônias e atos comemorativos diversos, as páginas da Revista se abrem à publicação de fontes primárias como forma de preservar a informação nelas contidas – aliás, parte substancial de seu conteúdo nos primeiros tempos – de artigos, biografias e resenhas de obras. (GUIMARÃES, 1988, p.21)

Dessa forma, ao se fortalecer como Instituição, o IHGB também produz o fortalecimento do Brasil. O IHGB dará unidade ao Brasil, centralizará o debate sobre as questões históricas, geográficas e também linguísticas. A revista da instituição será o lugar em que esse dizer sobre o Brasil será documentado e divulgado. Os membros dessa instituição serão responsáveis por formular, coletar e divulgar materiais relativos ao Brasil.

Vejamos como isso se dá no interior do IHGB, constituindo, assim, no interior da Instituição, duas diferentes posições: a de coletador e a de autor.

Autor e coletador: diferentes formas de ler o arquivo

Nesta parte, para refletirmos sobre as diferentes formas de leitura de arquivo e as diferentes posições-sujeito que se constituem a partir desse gesto de leitura, retomaremos algumas discussões em torno do conceito de *arquivo* e de *autoria*.

Em um texto, o sujeito pode ocupar diferentes posições. Segundo Orlandi (2000, p. 76), “os diferentes modos pelos quais os sujeitos se inscrevem no texto correspondem a diferentes funções enunciativas, discursivas”. Conforme Ducrot (1987), há duas funções enunciativas do sujeito: o locutor e o enunciador. Por locutor, entende o autor, a função pela qual o sujeito se representa como “eu” no discurso. Já enunciador seriam as expectativas assumidas por esse “eu”. Orlandi (2000, p. 77) diz que haveria uma terceira função do sujeito que seria a de autor:

Nossa proposta é, então, a de colocar a função (discursiva) autor junto às outras e na ordem (hierárquica) estabelecida: locutor, enunciador e autor. Nessa ordem, teríamos uma variedade de funções que vão em direção ao social. Dessa forma, esta última, a de autor, é aquela (em nossa concepção) em que o sujeito falante está mais afetado pelo contato com o social e suas coerções (ORLANDI, 2000, p. 77).

Para desenvolver o conceito de autor, ressalta Orlandi a reflexão de Foucault (1970) em torno disso. Em *A ordem do discurso*, o autor (2004, p. 9) mostra que a existência de mecanismos de controle, seleção, organização e distribuição é que rege a produção do discurso. Esses mecanismos são mobilizados para que os discursos não tenham uma circulação livre, para “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Foucault trabalha a noção de autor restrita ao grupo de escritores legitimados. Diferentemente de Orlandi (2007, p. 69) que ressalta que a função autor “se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não contradição e fim. Em outras palavras, ela se aplica ao corriqueiro da fabricação da unidade do dizer comum afetada pela responsabilidade social”.

Em nosso trabalho, as duas noções são consideradas. Temos

alguns escritores do IHGB que são legitimados pela Instituição e pela sociedade da época para discorrerem sobre diversos assuntos e outros que se constituem como coletador da obra oferecida ao IHGB. Vemos dois tipos de sujeitos na prática de leitura e composição de arquivos: um que é autor e é legitimado como tal e outro que é legitimado somente como coletador, mas que nesse gesto de coletar se constitui autor, pois produz um dizer que é afetado pela responsabilidade social que lhe é atribuída pelo IHGB.

De acordo com Orlandi (2000, p. 78), o autor é a instância em que haveria maior “apagamento” do sujeito. Isso porque é:

nessa instância mais determinada pela representação social – que mais se exerce a injunção a um modo de dizer padronizado e institucionalizado no qual se inscreve a responsabilidade do sujeito por aquilo que diz. É da representação do sujeito como autor que mais se cobra sua ilusão de ser origem e fonte de seu discurso. É nessa função que sua relação com a linguagem está mais sujeita ao controle social (ORLANDI, 2000, p. 78).

Isso nos remete ao processo de interpelação do indivíduo pela ideologia e ao processo de individuação do sujeito pelo Estado propostos por Orlandi (2010, p. 05). Teríamos a seguinte representação:

De acordo com Orlandi (2010, p. 04), há:

Um primeiro movimento em que temos a interpelação do indivíduo em sujeito, pela ideologia, no simbólico, constituindo a forma-sujeito-histórica. Em seguida, com esta forma-sujeito histórica já constituída dá-se então o que considero como processo de individuação do sujeito. A noção de sujeito individuado não é psicológica mas política, ou seja, a relação indivíduo sociedade é uma relação política (ORLANDI, 2010, p. 4).

No que concerne à individuação pelo Estado, quando se configura o sujeito capitalista que seria interpelado diferentemente, por exemplo, do sujeito medieval, é que se configura a forma de autoria histórica. É este, por meio do regime de propriedade para os textos, o momento em que se configura a injunção à autoria, ou seja, a figura a quem se atribui a função-autor, a responsabilidade pelo texto.

Conforme Orlandi (2000, p. 78-79), para que o sujeito se coloque como autor, ele tem de estabelecer uma relação com a exterioridade, ao mesmo tempo em que ele se remete à sua própria interioridade. “A assunção [de autor] implica uma inserção (construção) do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social”. (Orlandi, 2000, p. 79). Além disso, acreditamos também que para constituir-se como autor é preciso também que haja uma interpretação do arquivo a ser lido para que seja possível formular uma história e geografia do Brasil.

A discussão sobre as novas formas de leitura de arquivo na Análise de Discurso foi impulsionada por um texto em que Michel Pêcheux (1993) refletia sobre as mudanças tecnológicas ligadas à leitura em ciências humanas. Segundo o autor (1993, p. 57), o arquivo é entendido, em sentido amplo, como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Ao analisar as revistas do IHGB, podemos notar como se constitui um arquivo, além das questões históricas e geográficas, sobre as questões linguísticas, sobre as línguas do território brasileiro.

Pêcheux (1993) explicita que há duas tradições de trabalho de arquivo: (i) literária e (ii) científica. Salienta que tradicionalmente os literatos são os profissionais de leitura de arquivo e os cientistas são os fabricantes das novas tecnologias e sustentadores das leituras dos literatos. Para o autor, essa separação entre o literário e o científico revela uma divisão

social do trabalho de leitura: “a alguns o direito de produzir leituras originais, logo ‘interpretações’ a outros a tarefa de preparar e sustentar as interpretações” (1993, p. 58). Nas RIHGB, temos uma divisão no trabalho de leitura de arquivo: a alguns é dada a possibilidade de se produzir “interpretações” dos textos, a outros somente é permitida a coleta dos materiais sem um gesto de interpretação. Há uma relação tensa entre uma leitura “científica” e uma “literária”. É a partir dessa diferença entre leituras que sustentamos que temos *autores* do IHGB e *coletadores* do IHGB. Aos autores, a compreensão/produção da história e da geografia do Brasil; aos coletadores, a coleta/documentação da história e da geografia com os direcionamentos já dados pela RIHGB. Nas análises, poderemos perceber como, em alguns momentos, não se explicita, por não se ter como, quem é o autor de determinada obra publicada. Dessa maneira, o que é mais valorizada no IHGB passa a ser a obra e não o autor. Com os direcionamentos dados pelo IHGB, o membro, em sua posição de coletador, coleta determinados materiais sobre o Brasil solicitados pela instituição e envia-os ao IHGB.

Dessa forma, neste trabalho, analisaremos como a função-autor e a função-coletador vão se cunhando em discursos já legitimados ou não, de que maneira os membros do IHGB se enunciam como sujeitos autores e são colocados na posição de autores/coletadores. Para isso, analisaremos a produção de alguns membros nas revistas do IHGB. Neste trabalho, ao refletir sobre a função-autor e a função-coletador, buscaremos mostrar como esses sujeitos formularam/coletaram um dizer sobre o saber linguístico que é divulgado na RIHGB.

Análises: dois dicionários sem autores?

Podemos ver na RIHGB a publicação de diversos dicionários, vocabulários, listas de palavras de línguas indígenas e também de obras regionalistas do Brasil. Na Revista, há a criação de um espaço para se pensar nas línguas do Brasil. Um conceito importante para compreendermos esse processo de descrição das línguas do Brasil é o de gramatização.

No campo da História das Idéias Linguísticas, Auroux (1992, p. 65) desenvolveu o conceito de gramatização. De acordo com o autor (1992, p. 62), “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a

descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias que são ainda hoje pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. O dicionário é visto como um instrumento linguístico que prolonga a fala natural, permitindo o acesso a formas que não figuram na competência do locutor.

Nas Revistas do IHGB, o processo de gramatização, predominantemente bilíngue, é realizado/divulgado. Temos nas revistas: transcrição alfabética de termos indígenas; citações, comentários, traduções de termos indígenas, diálogos; listas temáticas de palavras LI-LP² e LP-LI, vocabulários bilíngues LP-LI; vocabulários bilíngues LI-LP; vocabulários monolíngues de LP no Brasil. A RIHGB institui um lugar para o processo de gramatização. Na RIHGB, temos a estabilização de um dizer sobre as línguas e a criação de um espaço que legitima esses dizeres. Os membros do IHGB, na posição de autor, elaboram esses instrumentos linguísticos, em contato com tribos indígenas. Já na posição de coletador, os membros do IHGB coletam esses vocabulários, dicionários em arquivos, sejam arquivos pessoais ou arquivos de instituições.

Vejamos dois exemplos:

Vocabulário da Língua Geral usada hoje em dia no Alto-Amazonas: uma semelhança com o Dicionário Brasileiro?

O Vocabulário da língua geral usada hoje em dia no Alto-Amazonas foi uma obra oferecida ao IHGB por Antonio de Gonçalves Dias. Essa obra apresenta um texto introdutório escrito por Gonçalves Dias e uma lista de palavras língua portuguesa-língua indígena. Aparentemente não foi Gonçalves Dias quem elaborou a obra. Como ele aponta só fez “algumas ligeiras correções de erros que se poderam introduzir na cópia, que lhe foi oferecida” (RIHGB, 1852, p. 553). De acordo com Gonçalves Dias (RIHGB, 1852, p. 553):

O vocabulário da língua geral, ainda hoje de uso vulgar no Alto Amazonas, devo-a bondade do actual excmo bispo do Pará. Ouvindo algumas pessoas, e principalmente sacerdotes, que

2 Em que LI significa Língua Indígena e LP, Língua Portuguesa.

tenham viajado por aquelles logares, ou ali residido tempo bastante para adquirerem grande copia de termos (...) (DIAS, 1852, p. 553)

No Vocabulário, a voz do índio é trazida pela voz do missionário/sacerdotes. São esses sujeitos e mais algumas “pessoas”, provavelmente não indígenas, que “adquirem” os termos indígenas, os termos da língua geral amazônica. Nessa formulação, coloca-se de fora o índio como falante legitimado da língua geral. O que podemos notar é que a língua geral é uma língua que reflete o processo de conquista, de catequese. Essa língua é um dos resultados disso. Não são os índios que surgem como falantes e sim os sacerdotes que participam ou participaram de missões com os índios.

Pelo título da obra, busca-se especificar o tempo e o lugar onde a língua geral era falada. A língua geral amazônica era, no século XIX, ainda falada no território nacional, principalmente, na região do Alto-Amazonas, compreendendo o Maranhão e o Pará.

Como aponta Rodrigues (1993), as línguas gerais do Brasil devem ter sido muitas, a maioria de existência passageira e não documentadas. Rodrigues (2002, p. 101) ressalta que a “língua popular, geral a índios e missionados e aculturados e não índios, é que foi mais sistematicamente aplicado o nome de Língua Geral”.

Como poderemos perceber no Vocabulário há diversos termos provenientes do discurso religioso que marca a relação dos portugueses com os índios permeada pela catequese empreendida pelos missionários. Em relação ao Vocabulário da Língua Geral, no texto introdutório, Gonçalves Dias ressalta que o Vocabulário pouco difere do “Diccionario Brasileiro publicado em Lisboa por um anonymo no anno de 1795”. Nunes (2006, p. 125) salienta que o Dicionário Brasileiro, em suas diversas versões, foi um dos mais copiados vocabulários tupi. “A partir de 1795 e durante a Época Imperial houve muitas retomadas desse vocabulário” (Nunes, 2006, p. 125). Nesse Dicionário, aponta Nunes (2006, p. 125), estabelece-se uma imagem purista tanto do português como da língua indígena. Nos dizeres do autor (2006, p. 127):

O Dicionário Português Brasileiro que se publicou em 1795 resulta de um manuscrito anônimo que Frei Veloso utilizou para preparar essa edição. O acontecimento editorial da passagem do manuscrito à edição é acompanhado de um gesto interpretativo

no sentido de “purificar” tanto o tupi quanto o português descritos no manuscrito – uma reação contra as línguas gerais em expansão. Trata-se de uma assepsia das línguas que lembra os ideais iluministas de clareza e concisão. Realiza-se um trabalho editorial e de leitura de arquivos que, ao lado das expedições científicas, determinará as práticas lexicográficas relacionadas com línguas indígenas (NUNES, 2006, p. 125).

Nunes (2006, p. 129) coloca ainda que com a publicação desse dicionário produz-se uma divisão de sentidos avessa à mistura linguística:

Operou-se uma “purificação” das línguas separando-se as “impurezas” e obtendo-se imaginariamente uma certa homogeneidade para o português do Brasil. Tal transformação pode ser pensada no âmbito de uma historicização da censura. Com os iluministas, esta muda de lugar. Não é mais aquela do Santo Ofício que proibia livros e autores adversos à religião. Agora, ela se estabelece em nome da clareza e da simplicidade. Assim, essa forma de interdição não recai diretamente sobre o sujeito, mas sobre o instrumento linguístico e o modo de dizer que ele sustenta (NUNES, 2006, p. 129).

No Vocabulário, busca-se mostrar as modificações ocorridas no idioma. Embora no manuscrito do Dicionário Brasileiro busque-se afastar o idioma brasileiro das línguas gerais, aqui o que temos no Vocabulário da Língua Geral é uma tentativa de aproximação, mostrando que poucas são as modificações:

Observaremos comtudo, se o confrontarmos, a introdução de alguns termos novos com aqueles que designam a festividade da páscoa, os dias da semana, roupa, machado, etc. O emprego de alguns appellativos para significarem objectos anteriormente conhecidos por outras designações, a substituição de umas vogaes por outras designações, a substituição de umas vogaes por outro, taes como o u por b, como Mocaua, Ipeua, por Mocaba, Ipeba; o e pelo i, como E' por Y'g ou ig, emira por embira, euecê por ybucei, o o pelo u principalmente na partícula Mo que ajuntam ao verbo para activar-lhe a significação, a elisão do g no meio de algumas palavras, e no principio de todas ou quasi

todas das poucas que começavam por esta letra, como getyca, guabiru, guassu, guaimin, guananá, guirá, guatá e derivados, pois hoje pronunciam jutica, uaiúru, uassu, uaimin, uananá, uirá, uatá, uataçára, etc (DIAS, 1852, p. 553-554).

Como podemos ver Gonçalves Dias considera que “leves” modificações passou o idioma: “Não me persuado que sirva este vocabulário senão para mostrar que leves modificações tem soffrido a língua, desde a publicação do ultimo Dicionario Brasileiro, parecendo-me porém que muito mais profundas alterações deverá ter soffrido nos idiomatismo, phraseologia e grammatica” (RIHGB, 1854, p. 554).

Há uma comparação sendo feita nesse texto introdutório de Gonçalves Dias. Dias compara essa edição do Vocabulário (1852) com a edição de 1795. A edição de 1852 representa o “hoje” da língua e a de 1795 o “passado”. Aqui, de alguma maneira, analisam-se diferentes estágios da língua geral e ressalta-se que poucas são as alterações e as mais profundas são na fraseologia e na gramática do idioma. Podemos notar aqui um gesto de autoria de Gonçalves Dias. Ao documentar a obra, de certa forma, o romancista a analisa, comenta sobre seu funcionamento. Nesse vocabulário, podemos dizer que Gonçalves Dias ocupa as duas posições: a de coletador, apresentando uma obra do século XIX ao leitor da RIHGB, e a de autor, comentando essa obra.

Gonçalves Dias, ao documentar esse Vocabulário na RIHGB, busca documentar uma língua em uso, mas sem deixar de fazer um percurso histórico de descrição dessa língua geral. Ao mesmo tempo em que se tem uma relação sincrônica, a língua em um momento específico, por meio da referência ao Dicionário Brasileiro, um percurso histórico se estabelece. Olha-se o passado, para analisar o presente e documentar a língua “falada hoje no Alto do Amazonas”.

Teçamos alguns comentários em relação aos verbetes:

Como já salientamos, no Vocabulário da Língua Geral, há a presença de um discurso religioso. Esse discurso traz algumas palavras que apontam para o processo de catequese sofrido pelos índios. Há, no Vocabulário da Língua Geral, palavras que indicam festas cristãs (Natal, Páscoa, Finados), outras que indicam termos das missas (batismo, benzer, papa, rosário, confissão). Assim, apresenta-se a língua geral como sendo aquela falada pelos índios já catequizados, já domesticados que obedecem aos desígnios dos portugueses:

Alma	Anga
Batismo	Seroc
Benzer-se	Munhã curúca
Confissão	Tumunicu Imoméu
Cruz	Curussá
Cinza (dia de)	Tanimoca ara
Diabo	Jurupari
De Deos	Tupana maán
Finados (dia dos)	Teiú poça
Igreja	Tupã-Oca
Inferno	Jurupari-tatá
Natal	Missa pituna
Procissão	Tupana uatá
Papa (Pontífice)	Aoarépo
Páscoa	Metuú assu
Rosário	Puêra curuça
Jejuar, jejum	Iucuacu

Como vimos em algumas dessas palavras há uma marcação. Essas marcações são um modo de precisar sentidos, de indicar categorias gramaticais, de apontar os possíveis complementos dos nomes e verbos. Isto indica uma nova concepção de obra lexicográfica surgindo. Começa-se o interesse pela palavra, sua forma, seu uso. Agora se trabalha com a definição da palavra e não com a definição da coisa como se fazia nos dicionários do período colonial:

Arder (sentir arder)	Sequenore
Apontar (aguçar)	Mussanti
Apanhar (fructos)	Epuo
Buraco (do ouvido)	Piuça-coara
Contar (numerar)	Paparê
Contar (falar)	Moméu
Cheirar (ter cheiro)	Saquema
Cem (numero)	Papácá
Fundo (no)	Puêpe
Isca (de anzol)	Pina-Putána

No Vocabulário da Língua Geral, podemos notar um trabalho com a palavra. Não se definem as coisas, define-se a palavra em relação a outra palavra. No Vocabulário, buscou-se documentar a língua geral que estava em uso (sendo “falada”) no século XIX na região do Alto-Amazonas, não é uma língua morta, mas sim uma língua que está

ainda em funcionamento. A essa língua geral, busca-se estabelecer um passado que está guardado no Dicionário Brasileiro. Nesse Dicionário, está a memória da língua geral e no Vocabulário da Língua Geral a sua atualidade, mas como ressalta Gonçalves Dias, com poucas alterações. Trabalha-se com o passado, mas em uma relação com o presente. E nesse presente também se formula um saber sobre as línguas do Brasil. Um saber que vem entremeado por um discurso religioso, da conversão que, contudo, faz com que a língua geral se signifique. Gonçalves Dias, como coletador/autor do IHGB, ao oferecer essa obra ao Instituto, contribui para a construção de uma História Nacional que no século XIX estará sempre relacionada com o indígena, embora, em alguns momentos, tente-se apagar esse sujeito do processo de constituição do Brasil, ele, com as suas línguas, entra nesse processo e dá ao brasileiro seu passado linguístico.

Vocabulário dos Índios Cayuás: uma obra elaborada por um missionário?

O *Vocabulário dos Índios Cayuás* foi publicado no Tomo 19 da Revista do IHGB no ano de 1856. Esse vocabulário não indica quem é seu autor, somente aponta que a obra foi oferecida pelo Barão de Antonina (sócio do IHGB) ao Instituto. Aqui, tem-se o funcionamento da posição de coletador do IHGB. É esse sujeito o responsável por encontrar em arquivos obras que interessem ao IHGB e à constituição de uma história, geografia do Brasil. Também não se indica o ano de elaboração do vocabulário. Não há nenhum texto introdutório. Já no início apresenta-se a lista de palavras (língua portuguesa-língua indígena). Há aproximadamente 1900 palavras-entrada³.

A língua dos Cayuás⁴ pertence ao tronco Tupi-Guarani. Esses índios viveram na região do Mato Grosso do Sul entre a porção leste setentrional do Paraguai. No Paraguai, esses índios se autodenominam Pai)-Tavyterã e, no Brasil, a denominação é *Kaiowá*, mas esta costuma aparecer grafada de diferentes formas Kaiwá, Kayová, Caiuá.

O *Vocabulário dos Índios Cayuás* está ordenado alfabeticamente e o verbete estrutura-se com uma palavra-entrada em língua portuguesa

3 Contagem nossa.

4 Em www.labeurb.unicamp.br/elb. Texto de Wilmar D'Angelis.

e sua equivalente em língua indígena. Em alguns momentos, temos enunciados (gramaticais), sintagmas funcionando como palavra-entrada:

A falsa fé, cupê rupi	A boca da noite, pytuna opy
Aba, comey ba	Abonado, opabinhé oba
Abaixar, ojemogyb	Agora sim, coyr tenem
A boas horas, arâ catu pupê	

Nesse Vocabulário, inúmeras são as marcações. Essas marcações indicam complementos de nomes, verbos, locuções verbais, nominais, comentários gramaticais – isso já mostra um outro olhar para a língua, busca-se estabelecer uma classificação para as palavras dicionarizadas. Além disso, com a marcação, há um controle dos sentidos. Esse Vocabulário não abre para a polissemia, para a diferença. Há sempre um sentido único, um equivalente da palavra portuguesa. Não é trazida a esse dicionário uma profusão de sinônimos. Vejamos alguns exemplos de marcações. Dividimo-las em quatro grupos. O *grupo A* indica as marcações que trazem complementos dos verbos (objeto direto, adjuntos adverbiais); o *grupo B*, as locuções verbais e nominais – essas aparecem com os verbos *estar*, *ir* e *ter* mais um adjetivo, particípio passado ou um substantivo –; o *grupo C* traz as marcações que controlam os sentidos e o *grupo D*, categorização gramatical (preposições, conjunções, particípios):

Grupo A Abrir (a flôr), póroc Absolver (peccados), moveo Acalmar (o vento), ybytú ocanhêmo	Grupo B Abafado (estar), giaçui oicó Acabado (estar), oje aujé vane Adoçado (estar), cúm vaé A pé (ir), epy rupi
Grupo C Abafado (coberto), oje jacui vaé Abafar (cobrir), jacui Abafar (embrulhar), pakék Abanar (assoprar), pejú	Grupo D A (prepos.), pupé Ainda (conj.copul.), vê De (part), çui E (conj), abê Em (prepos.) pupê

Como já ressaltamos, o *Vocabulário dos Índios Cayuás* não apresenta o autor da obra. Contudo, acreditamos que, provavelmente, o vocabulário tenha sido elaborado por um missionário. Isto porque há

uma forte presença de um discurso religioso. Inúmeros são os verbetes em que esse dizer é contemplado:

A falsa fé, cupê rupi	Commugar, tupanrar
Abençoar (benção), momboré	Communhão, tupanrara
Abençoar (benzer), mongarayb	Condemnado (do inferno), gúrupariratâ porá
Absolver (peccados), movéo	Condemnado (ao castigo), teço ay bapora
Adão, jandé paya ipy	Confessar, moje mombeú
Adulterio, mbaé puxi	Confessar-se, jê mombeú
Adultera, cunha ôména momoxi cara	Confessor, moje mombeú çara
Alma, anga	Confissão, nhemombeuçaba
_____ peccadora, anga teço	Convento, pay eta róca
_____ justa, anga angaturama	Crucifixo, tupan tayra rangaba
Anjo, caraibébê	Cruz, Curuçá
Artigos de fé da S. M. Igreja, recó rerobiaçára	Demônio, jurupari
Badalo do sino, tamaraca raconha	Deus, tupana
Batismo, yg carayba pupé nhemoacûca	Discípulo, cememboé
Baptisar, carde	Fé catholica (Jesus Christo), rerobiaçába
Benzer, monger ayb	Frade de missa, pay missa monhangaru
Cathecumeno, ceryma	Hóstia, iriry
Celebar missa, missa monhang	_____consagrada, tupana
Cemitério, tupan oca rocara	Igreja, tupân oca
Ceo, ybake	
Christão, tupanâ rayra	
Clérigo, pay abaré	

Finalizando, diversas são as palavras que retratam o dizer do missionário, da religião católica e que são trazidos para o Vocabulário. Como pudemos perceber, trazer essa discursividade religiosa nos vocabulários documentados pela RIHGB é uma prática comum. Parece que o contato que o IHGB tem com as tribos indígenas é limitado àquelas que já foram “catequizadas”, “civilizadas” pelos portugueses. Podemos notar que há uma retomada de um dizer produzido no Brasil Colonial que legitima a busca de um passado linguístico às línguas do Brasil. Esse passado é dado/legitimado pelo ato catequético. A produção de um discurso sobre as línguas do Brasil é entremeada por um discurso religioso.

Considerações finais

Como buscamos mostrar no decorrer desse texto com as análises de dois instrumentos linguísticos, há, no interior do Instituto Histórico e

Geográfico Brasileiro, duas diferentes posições-sujeito: uma de autor e a outra de coletador. Ao autor, é permitido interpretar os arquivos que se tem contato, é autorizado a esse sujeito escrever sobre a história e a geografia do Brasil. Os autores, no interior do IHGB, são legitimados pela instituição a produzirem um dizer coerente sobre as línguas do Brasil. Já ao coletador, o que se permite é uma leitura dos arquivos com a finalidade de coletar materiais que servirão para a constituição de um dizer sobre o Brasil. O coletador não interpreta as obras, isso somente é possível ao autor. Ao coletador só resta a tarefa “fastidiosa” de coletar e enviar ao IHGB as obras para que essas sejam publicadas nas Revistas do IHGB.

BIBLIOGRAFIA

- AUROUX S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- FARIA, M. A. de O. Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris. *Revista do IHGB*, v. 266, p. 64-148, 1965.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- GUIMARÃES, M.L.S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- GUIMARÃES, L.M.P. Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB. Rio de Janeiro*, v. 156, n. 388, jul./set. 1995.
- _____; HOLTEN, B. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Real Sociedade dos Antiquários do Norte e o Dr. Peter Wilhelm Lund: a suposta presença escandinava na Terra de Santa Cruz e a ciência. In: *INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION*. 20., 1997, Guadalajara. Anais... Guadalajara, 1997. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA97/guimholten.pdf>>. Arquivo acessado em 15 de outubro de 2012.
- NUNES, J.H. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas, São Paulo, São José do Rio Preto: Pontes, Fapesp, Faperp, 2006.

- ORLANDI, E.P. Os sentidos de uma estátua: espaço, individuação, acontecimento e memória. In: *Entremeios: revista de estudos do discurso*. v.1, n.1, jul/2010. Disponível em: <www.entremeios.inf.br>. Arquivo acessado em 15 de outubro de 2012.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- _____. Análise de Discurso. In: RODRIGUES-LAGAZZI, S.; ORLANDI, E.P. (Orgs.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006. p. 11-31.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. *Discurso e leitura*. Campinas: Cortez; Editora da Unicamp, 2000.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E.P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- REVISTA DO IHGB. Rio de Janeiro, n. 15, 1852.
- REVISTA DO IHGB. Rio de Janeiro, n. 19, 1856.
- RODRIGUES, A.D. *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- _____. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.*, vol.9, n.1, p. 83-103, 1993.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, institutos, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *Guardiões de nossa história oficial*. São Paulo: Idesp, 1989.

Recebido em: 01/11/2012. Aprovado em: 12/11/2012.